



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1105/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10795/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS/Manacapuru.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. José Junior de Paula Bezerra, Diretor – Presidente e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº. 106/2015 (fls. 1650/1670).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3498/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 1671/1681).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto Municipal de Engenharia Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS/Manacapuru. Exercício de 2014.

Contas irregulares. Multa. Prazo. Determinações à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular, as Contas do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS/Manacapuru (U.G: 4075), de responsabilidade do Senhor **José Junior de Paula Bezerra**, Diretor – Presidente do IMTRANS/Manacapuru e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II e artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 5º, inciso II e artigo 188, §1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

9.2- Aplicar multa, no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), ao Senhor **José Junior de Paula Bezerra**, Diretor – Presidente do IMTRANS/Manacapuru e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 - RITCE, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, pelas irregularidades descritas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, citadas nos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18 e 19 do relatório/voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos do artigo 72, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE. Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (artigo 55, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1105/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

c/c o artigo 308, §3º da Resolução nº 04/2002 - RITCE), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, *ex vi* do artigo 173, do RITCE;

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.4.1- Notifique o Senhor **José Junior de Paula Bezerra**, Diretor – Presidente do IMTRANS/Manacapuru e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.4.2- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julião Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral